

Conservadores se mobilizam para evitar Assembleia Constituinte

Haroldo Holanda

ANC 88
Pasta Jun/85
031/1985

Ao invés de Constituinte, ampla e profunda reforma constitucional. Esta é a tese que setores conservadores do Governo e do PMDB começam a difundir, procurando para ela conquistar adeptos. A alegação por eles apresentada é a de que a Constituinte pode ser usada pelas esquerdas para modificar o direito de propriedade, introduzindo um estado de direito socializante na Constituição a ser votada pelo futuro Congresso, com o que se criaria no País um impasse e uma crise de dimensões ainda difíceis de serem mensuradas.

Para evitar esse impasse, grupos conservadores do Governo identificados no seu pensamento com vários parlamentares do PMDB, prometem desenvolver uma ação política coordenada no Congresso a partir da próxima semana. Eles esperam sensibilizar com suas bandeiras as correntes mais conservadoras do partido, assustadas com as versões difundidas na imprensa e em outros meios de comunicação a respeito do plano de reforma agrária do Governo. A propósito, tem sido grande o número de discursos, feitos especialmente no Senado, contra o plano de reforma agrária do presidente Sarney. Recordar-se, a propósito, que parcela considerável de parlamentares de todos os partidos, inclusive do PMDB, ou são proprietários rurais ou estão direta ou indiretamente vinculados ao atual sistema agrário.

É pouco provável, porém, que a campanha dos conservadores contra a Constituinte venha a obter êxito. Deve-se recordar que o PMDB há muito tempo advoga como uma de suas principais bandeiras de luta a convocação de uma Constituinte. Para que o PMDB viesse a abdicar desse princípio, isso não ocorreria sem graves danos à unidade do partido, que já padece de suas primeiras e graves crises.

Por outro lado, a Constituinte se transformou num instrumento mágico da simbologia política nacional, difícil de ser apagado. O presidente Sarney, quando insiste num grande pacto nacional, está naturalmente também visando a Constituinte. Como aconteceu em todos os episódios históricos decisivos da vida nacional, Sarney tenciona provavelmente obter um consenso entre a posição das esquerdas, dos liberais e dos conservadores, em torno de um dos pontos polêmicos da futura Constituição, que seria justamente o direito de propriedade.

Recordar-se também que os grupos políticos de esquerda do PMDB e mesmo alguns setores liberais, inclusive de outros partidos, estão encarando com reservas a idéia da formação de uma comissão de juristas, presidida pelo professor Afonso Arinos, com a missão de preparar o esboço de anteprojeto de Constituição. Esses grupos de esquerda e de liberais entendem que a comissão em questão é uma forma de limitar os poderes da Constituinte, o que consideram inaceitáveis. Acham mesmo que na hora em que a Constituinte se reunir ela pode até se valer do trabalho da comissão de juristas como elemento de contribuição ou subsídio a sua obra. No entanto, é possível que a Constituinte, como poder soberano, jamais abra mão do direito de eleger ela própria uma grande comissão, a exemplo do que sucedeu em 46, à qual caberia efetivamente a missão de elaborar o anteprojeto de Constituição a ser votado pelos constituintes. Mas é a partir daí que grupos conservadores do atual Congresso e do próprio Governo começam a manifestar inquietação, receando que por trás disso tudo esteja se preparando uma manobra com a finalidade de mudar a estrutura do regime implantado até aqui no Brasil, alterando-se com ele os termos do direito de propriedade.

Afonso articula moderados

O senador Afonso Camargo Neto, ministro dos Transportes, promove as primeiras articulações do antigo grupo dos moderados ou tancredistas do PMDB com a propósito de tentar influir na futura Convenção Nacional do partido, a reunir-se no final do ano.